

NOTINHA POLITICA

JORNALISTAS E EXATORES

A rapidez com que foi votado o projeto da lei orçamentária para o próximo exercício constitui um triunfo da Assembleia. Entretanto, teve a desvantagem de criar uma situação pouco favorável à ponderação que se fazia necessária, no exame de numerosos detalhes do assunto sob exame.

Da aprovação do Orçamento decorreu — para exemplificar — a extinção de numerosas dependências públicas, entre as quais o Departamento Estadual de Informação, surgindo, em consequência, o problema do enquadramento do respectivo pessoal.

Era de se esperar que, em face de tal questão, os ass. deputados examinassem cautelosamente os detalhes desse enquadramento, a fim de que os servidores das repartições extintas não fossem lotados em serviços incompatíveis com as suas aptidões. Isto, todavia, parece que não foi feito, a julgar, pelo menos, pelo caso do D. E. I., cujo pessoal, ao que se informa, será removido para a Secretaria da Fazenda.

E' evidente que no D. E. I. há servidores que se adaptam perfeitamente naquela Secretaria, onde poderão exercer funções idênticas às que atualmente desempenham. Há outros, porém, em grande numero, e percebendo elevados vencimentos, que não poderão ser aproveitados com facilidade no clima das finanças públicas. Os redatores estão nesse caso. Especializados em escrever, os jornalistas do D. E. I. — entre os quais se contam alguns elementos brilhantes da intelectualidade paulista — não são evidentemente pessoas indicadas para cobrar impostos, proceder a lançamentos ou elaborar relatórios na base do movimento da receta e da despesa.

Não sei se os fotógrafos e cinegrafistas do DEI também foram enquadrados na Fazenda. Se isto tiver acontecido, é possível que no ano próximo, quando um contribuinte tentar esquivar-se ao pagamento de impostos, seja atuado em flagrante, lavrando-se o competente auto em estilo de artigo de fundo, sem omissão da prova do delito em filme sonoro.

Não sei por que não transferiram o Conselho de Orientação Artística para a Secretaria da Agricultura... MONSIEUR BERGERET

Noticiário dos Partidos

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Departamento Eleitoral — O Departamento Eleitoral do Diretório Metropolitano do Partido Social Progressista já está funcionando à praça da 86, 23, 1.º andar, diariamente das 10 às 12 e das 14 às 17 horas, sob a presidência do sr. Carlos Mendes Leite. Natal das Crianças Pobres — O Diretório da Conselha do Partido Social Progressista sob a presidência do sr. Carlos Mendes Leite, está funcionando à praça da 86, 23, 1.º andar, diariamente das 10 às 12 e das 14 às 17 horas, sob a presidência do sr. Carlos Mendes Leite.

Novo panorama na luta pela presidência da Comissão Executiva Estadual do Partido Social Democrático

"Queimada" a candidatura do sr. Oliveira Costa — Os deputados estaduais apolaram o nome do sr. Cyrillo Junior — Chegou o sr. Macedo Soares, que apoia as pretensões do vice-governador — Declarações do sr. Ulysses Guimarães — O problema da vice-presidência — Providências para o caso de um golpe "novellista" — Candidaturas que poderão ressurgir

Nas últimas vinte e quatro horas, aumentou consideravelmente nos meios partidistas o interesse pela batalha sucessória que, dentro da Comissão Executiva do partido do Edifício Central, deverá ser travada na próxima terça-feira.

O partido está atento às atitudes dos candidatos e seus amigos, que manobram ostensiva ou subterraneamente, conforme as circunstâncias, no sentido de assegurar uma vitória difícil.

A candidatura do sr. Cyrillo Junior, conforme acentuamos repetidas vezes, é a que tem maior apoio na Executiva. Entretanto, anteriormente, um novo nome foi lançado, com grande

A BANCADA APOIA O SR. CYRILLO

De fato, o sr. Macedo Soares não deve ter influenciado a decisão dos deputados, que, segundo declarou ontem o vice-líder Ulysses Guimarães no JORNAL DE NOTÍCIAS, mostram-se inclinados a sufragar o nome do sr. Cyrillo Junior. Inquirido sobre a candidatura do sr. Oliveira Costa, o sr. Ulysses Guimarães afirmou-nos: — "Parece definitivamente afastada. A bancada vai apoiar o deputado Cyrillo Junior".

Essas palavras foram, logo depois, confirmadas por vários parlamentares do PSD, interrogados, a propósito, pelo nosso reporter político.

A VICE-PRESIDENCIA

No caso de ser eleito o sr. Cyrillo Junior, será aberta uma vaga de vice-presidente,

para a eleição das atividades dos candidatos e seus protetores deverão ser intensificadas, sendo previstas novas alterações no panorama da luta.

Há mesmo um grupo de pessimistas que teme um acordo pelo qual o sr. Cyrillo desistirá, à última hora, em favor

do vice-governador do Estado. Em tais circunstâncias, os elementos desse grupo votariam cegamente no sr. Oliveira Costa, cuja candidatura seria ressuscitada.

MUDANÇA SUBITA

A candidatura do sr. Oliveira Costa não parece, todavia, ter resistido mais do que vinte e quatro horas, a contar do momento em que se tornou pública. Já ontem essa candidatura era considerada praticamente "queimada", nos setores pessimistas da Assembleia Legislativa, onde corria, anteriormente, com todo o apelo. Não podemos porém afirmar que as razões dessa mudança do panorama se devam à chegada a S. Paulo, na manhã de ontem, do sr. Macedo Soares, defensor intrínseco da candidatura do sr. Novelli Junior...

tem sido submetidas por manobras do eminente chefe do Poder Executivo.

Quais as razões em que se baseiam essas mensagens a respeito das quais já foram feitas as declarações técnicas do Congresso? Em nenhuma delas o proclamação do Executivo deixou de resultar, com a sua indiscutível compreensão do momento, as mudanças progressivas do quadro de vida, abrangidas a partir da fase da última guerra a motivação pelo acréscimo do custo de todas as utilidades e pela diminuição do poder aquisitivo da moeda para manter o equilíbrio anterior na subsistência do funcionalismo civil e militar.

POE QUE EXCLUI OS CONGRESSISTAS

A toda essa mensagem, por considerá-la expressão de uma crise que a opinião pública e a imprensa focalizaram em apelos dramáticos, o Congresso, por meio de um pronunciamento de caráter político, o qual não vacilou em recusar o desmerecimento da autoridade, entre os vencimentos e os recursos existentes da coletividade.

Em face de uma situação que se tornou difusa em meio ao Poder Legislativo com tão apreciável ponderação, seria possível fugir também ao exame da situação peculiar de seus membros afetados todos na sua atividade funcional e representativa da mesma crise que a proposição do Executivo com a sua aprovação procurou enfrentar?

Este é um aspecto da questão do qual, dentro do mais rigoroso critério de análise, não se pode fugir.

Considerada pelos doutos membros da Comissão de Justiça a característica da constitucionalidade do projeto n.º 323/18, submetido por 150 congressistas pertencentes a todas as correntes políticas da Câmara dos sr. deputados, sem distinção de correntes partidárias, o que nos inebria, especialmente, é a apreciação sob o ponto de vista financeiro, ou, mais acertadamente, o que em decorrência de sua aceitação venha afetar no erário público, em face das atuais condições do país.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

Constitucional e oportuno o aumento dos subsídios dos membros do Senado e da Câmara dos Deputados

Esse é o ponto de vista defendido, em longo parecer, pelo deputado Deoclecio Duarte, da Comissão de Justiça da Câmara — Considerações que fundamentam as reivindicações dos congressistas

Recebido pelos doutos membros da Comissão de Justiça a característica da constitucionalidade do projeto n.º 323/18, submetido por 150 congressistas pertencentes a todas as correntes políticas da Câmara dos sr. deputados, sem distinção de correntes partidárias, o que nos inebria, especialmente, é a apreciação sob o ponto de vista financeiro, ou, mais acertadamente, o que em decorrência de sua aceitação venha afetar no erário público, em face das atuais condições do país.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

tem sido submetidas por manobras do eminente chefe do Poder Executivo.

Quais as razões em que se baseiam essas mensagens a respeito das quais já foram feitas as declarações técnicas do Congresso? Em nenhuma delas o proclamação do Executivo deixou de resultar, com a sua indiscutível compreensão do momento, as mudanças progressivas do quadro de vida, abrangidas a partir da fase da última guerra a motivação pelo acréscimo do custo de todas as utilidades e pela diminuição do poder aquisitivo da moeda para manter o equilíbrio anterior na subsistência do funcionalismo civil e militar.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

ESTE É O SINAL DO PROGRESSO

Com aceleração maior impressa ao tráfego em função de boa linha e perfeito sistema de sinalização; com emprego de unidades de tração mais potentes e material rodante de menor tara e maior lotação; com a utilização, cada dia mais eficiente, de suas locomotivas, carros e vagões, a Sorocabana tem realizado transporte de carga e passageiros mais volumoso. Triilhando esse caminho progressista, está entrando vigorosamente na eletrificação, garantia do fortalecimento econômico e de prosperidade crescente.



ABERTO AOS HOMENS DE NEGÓCIOS

Libertando-se cada vez mais de velhos onus do custeio, com a generalização da tração elétrica e diesel-elétrica, a Sorocabana está se preparando para oferecer serviços sempre melhores a taxas módicas. O grande empréstimo ferroviário do Estado destina-se a tornar a Sorocabana ainda mais pujante e subscrever suas apólices é garantir um estuendo emprego de capital!

APOLICES FERROVIARIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

garantidas pelo Tesouro do Estado, rendem juros altamente compensadores, pagáveis mensalmente, e asseguram magnífico e sólido emprego de capital!

VETADO PARCIALMENTE O PROJETO DE LEI QUE REGULA A CARREIRA DE DELEGADO DE POLICIA

O veto governamental atingiu disposições referentes à aposentadoria e aos vencimentos dos delegados — Surpresa na Assembleia

Segundo apurou ontem a nossa reportagem, o governador Adhemar de Barros vetou dois parágrafos do projeto da lei que reestrutura a carreira de delegado de polícia.

Fatos & Boatos

DE ARMAS NA MÃO — Está em São Paulo, desde ontem, o sr. Macedo Soares, ex-presidente da Executiva do P.S.D., de cujo cargo desistiu há algum tempo, ficando vago o posto de comando da grã-pessadista. Veio, ao que se diz, de armas na mão, decidido a lutar contra o movimento de cassação da candidatura Oliveira Costa à presidência. O embaixador Macedo Soares não deseja ver no posto de mando o líder da bancada na Assembleia.

Manobrando imediatamente, o velho dilite, ao que parece, deslocou a candidatura Oliveira Costa, o qual, segundo apuramos, já não é candidato.

DESAPONTADOS OS DELEGADOS

Os delegados de polícia estão bastante surpreendidos com o desfecho do projeto de lei, já aprovado pela Assembleia, que regulamenta a carreira de delegado de polícia do Estado.

O veto oposto pelo governador Adhemar de Barros atingiu exatamente aqueles capítulos que mais interessavam aos delegados, ou seja, a parte referente aos vencimentos e a aposentadoria com 25 anos de serviço. Além, esses dois artigos eram geralmente considerados inconstitucionais, contra eles tendo se insurgido, entre outros, o deputado Procopio Ribeiro dos Santos. Na verdade, poucos acreditavam no veto do governador, até que ele explodiu na Assembleia.

Em exposição de motivos, o ministro do Trabalho que aquele acordo, além de inconstitucional, pelo o governo federal abriu mão de um setor de sua exclusiva competência, é inconveniente, como demonstrou a prática. Ainda ainda se esse o único acordo vigente no Brasil.

Espera-se que a Presidência da República encaminhe à Mesa da Câmara a aludida mensagem, cujo trânsito deverá ser rápido, como informaram os pessimistas.

do efetivo, considerados inconstitucionais.

O projeto, parcialmente vetado, será devolvido à Assembleia Legislativa, devendo ainda hoje à tarde estar em poder da Mesa.

O ministro do Trabalho solicitou a denúncia do Convênio Trabalhista

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. HONORIO MONTEIRO AO PRESIDENTE DA REPUBLICA

RIO, 12 (Asspress) — O ministro Honório Monteiro enviou ao presidente Eurico Gaspar Dutra um expediente relativo à denúncia do acordo firmado por ocasião em que era interventor de São Paulo o sr. Macedo Soares, quando foi criada a Delegacia Regional do Trabalho, que mais tarde passou a constituir a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, atualmente ocupada pelo sr. João Adalberto do PSD.

Em exposição de motivos, o ministro do Trabalho que aquele acordo, além de inconstitucional, pelo o governo federal abriu mão de um setor de sua exclusiva competência, é inconveniente, como demonstrou a prática. Ainda ainda se esse o único acordo vigente no Brasil.

Espera-se que a Presidência da República encaminhe à Mesa da Câmara a aludida mensagem, cujo trânsito deverá ser rápido, como informaram os pessimistas.

Em face de uma situação que se tornou difusa em meio ao Poder Legislativo com tão apreciável ponderação, seria possível fugir também ao exame da situação peculiar de seus membros afetados todos na sua atividade funcional e representativa da mesma crise que a proposição do Executivo com a sua aprovação procurou enfrentar?

Este é um aspecto da questão do qual, dentro do mais rigoroso critério de análise, não se pode fugir.

Considerada pelos doutos membros da Comissão de Justiça a característica da constitucionalidade do projeto n.º 323/18, submetido por 150 congressistas pertencentes a todas as correntes políticas da Câmara dos sr. deputados, sem distinção de correntes partidárias, o que nos inebria, especialmente, é a apreciação sob o ponto de vista financeiro, ou, mais acertadamente, o que em decorrência de sua aceitação venha afetar no erário público, em face das atuais condições do país.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

tem sido submetidas por manobras do eminente chefe do Poder Executivo.

Quais as razões em que se baseiam essas mensagens a respeito das quais já foram feitas as declarações técnicas do Congresso? Em nenhuma delas o proclamação do Executivo deixou de resultar, com a sua indiscutível compreensão do momento, as mudanças progressivas do quadro de vida, abrangidas a partir da fase da última guerra a motivação pelo acréscimo do custo de todas as utilidades e pela diminuição do poder aquisitivo da moeda para manter o equilíbrio anterior na subsistência do funcionalismo civil e militar.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

tem sido submetidas por manobras do eminente chefe do Poder Executivo.

Quais as razões em que se baseiam essas mensagens a respeito das quais já foram feitas as declarações técnicas do Congresso? Em nenhuma delas o proclamação do Executivo deixou de resultar, com a sua indiscutível compreensão do momento, as mudanças progressivas do quadro de vida, abrangidas a partir da fase da última guerra a motivação pelo acréscimo do custo de todas as utilidades e pela diminuição do poder aquisitivo da moeda para manter o equilíbrio anterior na subsistência do funcionalismo civil e militar.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

tem sido submetidas por manobras do eminente chefe do Poder Executivo.

Quais as razões em que se baseiam essas mensagens a respeito das quais já foram feitas as declarações técnicas do Congresso? Em nenhuma delas o proclamação do Executivo deixou de resultar, com a sua indiscutível compreensão do momento, as mudanças progressivas do quadro de vida, abrangidas a partir da fase da última guerra a motivação pelo acréscimo do custo de todas as utilidades e pela diminuição do poder aquisitivo da moeda para manter o equilíbrio anterior na subsistência do funcionalismo civil e militar.

Acerto o aspecto constitucional do projeto, o que no parecer da Comissão do Constituição e Justiça, fica relativamente contido, verifica-se que o Congresso Nacional não ficou os subsídios dos senadores e deputados, dada a evidência de que tais subsídios foram determinados em atos do Poder Executivo, por ocasião da abertura da Assembleia Constituinte, em 1945, contrariando a tradição de Direito Constitucional Brasileiro que, desde a primeira Constituição, em 1824, estabeleceu essa prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

Evidenciados assim os tais fundamentos de constitucionalidade e de insubsistência dos subsídios atuais, o que nos cabe agora examinar é a conveniência ou oportunidade da alteração seguida pelo projeto, relativa à importância a ser determinada, em face dos rendimentos gerais do país e das normas adotadas pelo Congresso Nacional no ano de 1945, quando da votação dos vencimentos que lhe

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Melhoria de vencimentos para o funcionalismo publico do Estado

Um requerimento apresentado pelo sr. Pinheiro Junior provoca agitados debates — Vários deputados na tribuna — Prejudicada inteiramente importante Ordem do Dia que devia ser votada

A sessão de ontem da Assembleia Legislativa foi aberta às 15,05 horas sob a presidência do sr. Lincoln Feliciano. Aproveitando a ata da sessão anterior e lido o Expediente do dia ocupou a tribuna o sr. Pinheiro Junior, que falou sobre a melhoria de vencimentos concedida ao funcionalismo federal, pleiteando idêntico benefício para os servidores do Estado. A seguir, encaminha à Mesa o seguinte requerimento, assinado por si e pelos srs. Henrique Richetti, Sebastião Carneiro e Alfredo Farhat:

"Considerando a situação precária em que se debate o funcionalismo publico em geral e professorado em particular; considerando que, efetivamente, não podem os servidores publicos equilibrar os seus orçamentos, dado o aumento incessante do custo de vida e do decréscimo progressivo do valor aquisitivo da nossa moeda; considerando a situação de desigualdade existente entre a remuneração dos empregados do Estado e a dos demais profissionais liberais servidores publicos; considerando que, particularmente, não é possível permitir que os pequenos funcionários, tais como serventes, contínuos, motoristas e análogos, perezam nem sequer o mínimo para a subsistência sua e dos seus; propomos que haja v. exa. por bem nomear comissão de líderes, das diversas bancadas desta Assembleia, a fim de que se entenda com a máxima urgência, com o Poder Executivo, tudo visando o encontro de uma solução imediata para o grave e importante problema."

O orador seguinte é o sr. Juvenal Sayon, que se ocupa das acusações feitas à imprensa contra Ivo Bercioni, uma das pessoas que depuseram em inquérito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Mercado Negro. Investe contra os jornais, tachando-os de mentirosos. Falando sobre a matéria, conservou-se na tribuna até que se esgotasse a hora destinada ao expediente.

MELHORIA PARA O FUNCIONARIO PUBLICO

Passando-se à Ordem do Dia, entra em discussão o requerimento apresentado na hora do expediente pelo sr. Pinheiro Junior, sobre a nomeação de uma comissão de líderes das diversas bancadas para estudar a matéria em pauta.

De forma a estar o assunto plenamente conhecido quando chegar a mensagem que o Executivo fizer. Em aparte, o sr. Mario Beni observa que o aumento dos vencimentos para o funcionalismo publico do Estado foi feito quando já se achava em execução o orçamento, tanto que para efetivá-lo se mediu a folha de pagamento do Imposto de Consumo que atingiu todos os Estados. Também, em aparte, o sr. Carlos lembra que o aumento desse imposto deu a renda de oito-centos milhões de cruzeiros. Nesse total São Paulo entra com mais da metade. Com mais algumas subordinações, como a tribuna o sr. Castro Neves. O orador seguinte foi o sr. Sebastião Carneiro, que defende o requerimento, pois não vê absurdo algum. Acha muito justo que se tenha um entendimento com o Executivo, sempre que se tenha disso necessidade. A um aparte do sr. Osny Oliveira, lembra que a causa não é política, motivo por que de tudo devam ser pontos os interesses partidários. Pelo fato de um deputado pertencer à oposição não devia excluir-se que ele votasse sempre contra o governo. Há limites para tudo. Frisa o orador, que no requerimento não se fala em enquadramento com o governador e sim com o Executivo que, no caso, poderá ser um secretário do Estado, como aconteceu quando do exame da proposta orçamentária.

SESSÃO SUSPESA

Dada a palavra ao sr. Gabriel Migliori às 19 horas, o sr. Carlos Lampertini levanta uma questão de ordem, pois o sr. Migliori, ao que lhe parecia, devia falar em último lugar. Não está de acordo o sr. Migliori e o presidente, sr. Lincoln Feliciano.

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

Impõe-se como medida de urgência e de interesse coletivo a criação do Serviço de Conservação do Solo em São Paulo

Fala ao JORNAL DE NOTÍCIAS o agrônomo Guido Rando, recém-chegado dos Estados Unidos, onde, durante um ano, estudou os diversos processos de recuperação e conservação do solo

O fenômeno da erosão vem constituindo a preocupação máxima dos diversos países que se dedicam à agricultura. Por que as diversas pragas, da seca à carência de nutrientes, da falta de água à falta de luz, não são apenas problemas de ordem técnica, mas sim problemas de ordem econômica e social. A erosão, eliminando a terra, elimina a base da produção agrícola, e, portanto, a base da vida humana. É por isso que a erosão é considerada um dos maiores problemas do mundo moderno.

— O atual progresso dos Estados Unidos da América do Norte deve-se aos grandes recursos naturais que lá existem e que foram explorados pelos pioneiros que afluíram àquela terra da promessa há centenas de anos. Os americanos podiam explorar e desgastar tais recursos durante o período inicial do seu desenvolvimento, porque eram abundantes e fáceis. Porém à medida que a população cresce e demanda um sempre crescente "standard de vida", as perspectivas de abundância diminuem. Foi então que há quarenta anos atrás o sr. Theodore Roosevelt, então presidente da República, convocou uma conferência dos governadores americanos para estudar com seriedade e decisão o grave problema da conservação do solo. Por fim em 27 de abril de 1935, que o Congresso americano estabeleceu o Serviço de Conservação do Solo, um órgão de trabalho dentro do Departamento de Agricultura, com a seguinte recomendação: "A função básica do Serviço de Conservação do Solo é trazer a terra sob uso desleal e inadequado, conservar os recursos naturais, estabelecer uma agricultura permanente e balanceada e reduzir os danos provocados pelas inundações e sedimentação".

— Um programa nacional de controle a erosão foi lançado pela primeira vez na história dos Estados Unidos e levado adiante em diversas fontes de atividade agrícola. A estrita cooperação entre os técnicos governamentais, corpos civis de conservação e outras agências de trabalho tornou possível levar o auxílio indispensável aos lavradores na defesa do solo contra a chuva e o vento. Nessa ocasião foi dado auxílio a todos os lavradores que adotassem práticas eficientes de conservação e leis especiais foram feitas, permitindo a organização de operações locais ou distritais conservacionistas para conservação do solo. Nesses quarenta anos de atividade esse serviço tem feito notáveis progressos no campo físico e social. Atualmente existem nos 48 Estados americanos, 2.000 distritos conservacionistas que protegem uma área de 170 milhões de acres de terra. Para se ter uma idéia das que ainda estão para ser protegidas contra a erosão e que carecem ainda de novos métodos para as diversas culturas, passo a expor alguns dados baseados no levantamento nacional, executado em 1934 pelo Serviço de Erosão do Solo, predecessor do atual Serviço de Conservação do Solo.

— O levantamento revelou que mais de 710 milhões foram seriamente afetados pela erosão, alguns impossíveis de serem restaurados. Pequena área distribuída entre as terras planas do Oeste, estão absolutamente livres de erosão". 5.000.000.000 DE TONELADAS PERDIDAS ANUALMENTE.

— Prosseguindo em suas declarações, o nosso entrevistado diz que são estimadas em 5 milhões de toneladas de terra as perdas sofridas, calculando os prejuízos dos lavradores em 400.000.000 de dólares, somente pela erosão, sem contar os causados pelas inundações e sedimentação dos rios. E diz: "No Estado de S. Paulo, segundo dados que colhi na Seção de Combate à Erosão, Irrigação e Drenagem, as perdas anuais do solo nas culturas de café, algodão e milho, somam 48 milhões de toneladas. Em termos de elementos de erosão, a perda anual nas perdas são avaliadas em 490 milhões de toneladas, num simples ano. Esta alternativa é um crime que se comete contra a humanidade, deixando a erosão destruindo milhões de hectares de terras, sem esboçarmos, sequer, um gesto de resistência.

— De se lamentar que a Secretaria da Agricultura, apesar de todos os esforços da atual Seção de Combate, não se lembre, ainda, de criar o nosso Serviço de Conservação do Solo."



Todo o mundo escuta falar em erosão, exaustão do solo, recuperação, porém, de fato, poucos conhecem a realidade desse fenômeno causador do empobrecimento das terras. Toda terra tem uma camada de terra ou menos quatro centímetros portadora de humus, que é o elemento que alimenta todas as árvores e todas as culturas. Desde porém, que as águas arrastam com suas correntes essa terra boa, fica o solo arido, impróprio a qualquer cultura. A foto acima dá-nos uma idéia de quanto é capaz a erosão quando não se lhe dá combate em tempo necessário

Sequer, um gesto de resistência. De se lamentar que a Secretaria da Agricultura, apesar de todos os esforços da atual Seção de Combate, não se lembre, ainda, de criar o nosso Serviço de Conservação do Solo."

O ritmo acelerado da nossa exportação de café e a sua baixa produção criarão um problema para o consumo interno e externo

As declarações de que se diz, não haverá diminuição de consumo porquanto a taxa de dois cruzeiros para propaganda do produto no Exterior, intensificará a exportação da rubiaca — Nas suas declarações à imprensa, o sr. José de Queiroz Teles diz que desde 1911 não se exportava tanto

Já temos dito, diversas vezes, de acordo com os dados oficiais que o sr. José de Queiroz Teles, diretor da Carteira Agrícola do Banco do Estado, nos tem informado, que a presente safra de café não ultrapassará o nível de junho de 1949. Ainda ontem, comentando uma entrevista do sr. Paulo Rodrigues Alves, comerciante de café no Rio de Janeiro, o sr. George Gordon Patton, conhecido técnico norte-americano em negócios de café, discordou das suas declarações, dizendo serem prematuras. Até certo ponto o sr. Patton tem razão, pois o seu estudo sobre a safra futura, enquanto que os nossos abrangem, tão somente, a presente safra. Conforme suas próprias declarações, diz que aguardará a palavra oficial, a fim de os Estados Unidos procederem às suas compras. Como todos nós sabemos que os americanos do norte sentem mais falta de café de que nós mesmos, e que também não possuem estoques de café, pois há muito estão comprando da "mão brava" chamamos a sua atenção para a publicação abaixo que é o resultado oficial traduzido a verdadeira situação do café, num trabalho proficiente da Carteira Agrícola do Banco do Estado.

Exportação brasileira de café nos dez primeiros meses de 1948, comparativamente a idêntico período do ano passado:

— 1947 —					— 1948 —						
Meses	Exterior	Consumo a Bordo	Cabotagem	Total	Exterior	Consumo a Bordo	Cabotagem	Total	+	Em 1948	
JANEIRO	1.273.785	67	20.291	1.294.143	1.362.602	100	39.297	1.402.098	+	107.955	
FEBREIRO	1.019.102	84	64.902	1.084.088	1.144.853	136	68.932	1.213.921	+	129.833	
MARÇO	1.310.573	98	47.491	1.358.162	1.119.133	738	39.288	1.158.159	-	199.003	
ABRIL	1.105.797	48	58.554	1.164.399	1.411.847	301	58.208	1.470.356	+	305.957	
MAYO	794.610	71	82.615	877.596	1.601.296	168	54.968	1.656.532	+	777.936	
JUNHO	999.704	155	76.175	1.076.034	1.211.325	326	34.800	1.246.451	+	260.417	
JULHO	857.960	157	37.907	914.024	1.285.054	234	55.461	1.341.649	+	426.625	
AUGOSTO	1.413.339	105	72.198	1.485.702	1.397.457	267	40.431	1.438.155	-	41.547	
SETEMBRO	1.547.908	185	42.668	1.590.761	1.691.297	298	49.313	1.740.908	+	47.147	
OCTUBRO	1.613.630	206	64.341	1.678.177	1.777.678	397	31.112	1.809.187	+	130.710	
Total	11.865.098	1.230	567.142	12.433.386	13.903.532	2.974	473.920	14.380.426	+	1.947.040	

A exportação em ritmo acelerado e a volume da produção a diminuir, farão com que a nossa cafeicultura se veja, em futuro não muito distante, a brigar com um sério problema: a escassez do produto para atender às necessidades do consumo interno como externo.

Não há razões que autorizem

anualmente enviam grande parte de suas safras para Santos, deslocando dessa maneira, em portos do Rio e Paranaíba. Torna-se clara, assim, a insistência da praça cafeeira do Rio de Janeiro em querer adquirir a todo custo os estoques do D. N. C.

Semelhante esconimento somente foi possível graças à existência, no Estado de São Paulo, de remanescentes do café anterior. A situação nos anos seguintes será bem diversa, porquanto os remanescentes acabaram-se e as colheitas têm sido aquém das estimativas nos últimos Estados produtores.

Se levar em consideração elementos estatísticos relativos a São Paulo, e compilando apenas dados referentes aos demais Estados cafeeiros, a situação não apresenta da seguinte forma:

De janeiro a outubro a exportação pelos portos brasileiros, fora o de Santos, foi de 1.362.602 sacas, e o volume de vendas, manteve-se na média mensal de 823.540 sacas. Nos 2 meses que ainda restam deste ano, e nos 6 primeiros de 1949, para ser mantido o escoamento necessário, seria necessária a produção de 4.188.320 sacas. A produção dos Estados em apreço para a presente safra, foi avaliada em 5.781.000 sacas, não se esperando, entretanto, mais que 5.450.000 em vista dos efeitos da broca e outras causas. Dessa produção já foram exportadas, de julho, até outubro, 2.396.328 sacas, sem contar a parte desviada pelo porto de Santos e Restam, portanto, 3.053.672 sacas para atender a uma exportação presumível de 4.188.320 dentro dos próximos oito meses, o que nos mostra um déficit de 1.134.648 sacas (sem levar em consideração a parte necessária ao consumo interno), na situação cafeeira dos Estados produtores, excluído o de São Paulo. Os Estados de Minas e do Paraná, maiores produtores depois de São Paulo,

cedos mundiais e consequentemente, com atividades cafeeiras melhor remuneradas, nos será possível empreender a defesa e restauração da nossa lavoura, não só para o aperfeiçoamento dos tipos de café, mas também para o necessário aumento da produção, tornando-nos aptos a suprir os mercados sempre ávidos de bons produtos.

Vimos que a exportação brasileira nos dez primeiros meses do ano, foi de 14.380.426 sacas, cifra que representa uma diferença a mais de 1.947.040 sacas relativamente a igual período do ano passado.

Com grande aproximação podemos dizer que exportaremos ainda três milhões de sacas nos dois meses que ainda restam deste ano.

Temos em mãos, portanto, elementos que nos permitem estabelecer o seguinte cálculo:

Exportação brasileira de café, de janeiro a outubro 14.380.426
Idem em novembro 1.500.000
Idem em dezembro 1.500.000
Total 17.380.426

O Rio Grande do Sul é o tradicional fornecedor de pinho para o Uruguai

O Paraná tem preferência na exportação da erva-mate para o vizinho país — Bem acolhido o plano de tação da erva-mate para o vizinho

Encontra-se o Bureau Comercial da Exposição Internacional de Quilindinha em ligação com a Embaixada do Uruguai no Brasil, promovendo a importação de 30.000 toneladas de trigo, para uma compensação de pinho e erva-mate. Essa transação interessa sobremaneira ao Brasil, de vez que a mesma visa ampliar ainda mais o intercâmbio entre os países sul-americanos, quase todos empenhados em transigir com o nosso país, considerando as facilidades nos negócios de importação e exportação, promovidas pelo referido Bureau.

O Estado de São Paulo teve em outras épocas grandes regiões cobertas de pinheiros, os quais os poucos foram sendo devastados. Atualmente o pinho para o nosso Estado vem dos Estados de Paraná e Santa Catarina. Para sabermos se teria alguma influência no comércio de madeiras ou no fornecimento de madeiras de pinho (Conselho de 4 de junho)

Serão respeitadas a escolha e a ordem de classificação dos professores secundários

Esclarece o sr. César Lessa, funcionário do Departamento de Educação, um equívoco quanto ao direito de candidatos aprovados em concurso

A reportagem do JORNAL DE NOTÍCIAS esteve, na tarde de ontem, na Secretaria de Educação, informada de que havia naquela Secretaria um grande número de professores secundários aprovados em concurso realizado em 1943, que ali tinham comparecido para escolher as suas cadeiras. Segundo o nosso informante os professores estavam bastante descontentes com a maneira por que estava sendo feita essa escolha, que não era a mesma seguida nos anos anteriores.

Chegando àquela Secretaria nossa reportagem pôde notar que os professores ali reunidos, em número próximo de cem, estavam seriamente desgostosos e os ânimos, de muitos deles, exaltados.

MOTIVO

Conversando com vários professores, pudemos saber então o motivo do descontentamento. Ao contrário do que fora feito em concursos anteriores, não informaram os professores, o candidato não escolhia um lugar apenas, porém três lugares cabendo ao secretário de Edu-

cação escolher uma dessas cadeiras. Nos concursos anteriores o candidato aprovado escolhia um lugar, que lhe era concedido imediatamente. Na opinião dos professores ali presentes o novo método da escolha aos seus interesses alegando além disso, que a Secretaria estava em flagrante desacordo com o que dispõe o artigo 8.º da lei 184 de 30 de setembro de 1943, cujo texto é o seguinte: "Art. 8.º: Terão direito à imediata nomeação para as vagas existentes — estabelecimentos já instalados em 14 de fevereiro de 1947, os candidatos aprovados no concurso de títulos e de provas realizado em 1943, que ainda não foram nomeados, respeitada a ordem de classificação, mesmo que tenham anteriormente optado por outra cadeira".

O REPORTEIRO DESFAZ UM MAL-ENTENDIDO

Imediatamente nossa reportagem procurou saber do sr. César Lessa, funcionário do Departamento de Educação que estava anotando no livro-termo as escolhas dos professores. Decla-

rou ao nosso repórter aquele funcionário, o seguinte: — "Provavelmente está se verificando um equívoco. Alguns professores ao fazerem as suas escolhas tal como o sr. Decio Gris (nome fictício) mais de uma cadeira e nos limitamos a tomar no livro por termo as declarações dos candidatos. Isto levou provavelmente os demais professores a pensar que deviam mencionar 3 cadeiras a fim de que a Secretaria escolhesse uma delas. Nesse sentido, entretanto, não tivemos nenhuma recomendação. Reforçando o que tinha dito, o sr. César Lessa nos mostrou no livro-termo as escolhas de diversos professores que indicaram uma única cadeira."

Essa informação do sr. César Lessa feita na presença dos professores tranquilizou os ânimos e tudo voltou à normalidade.

SEJA RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Tudo nos leva a crer que os recelos eram infundados e que será respeitada religiosamente a escolha dos candidatos e a ordem de classificação dos mesmos, conforme dispõem as leis.

Assuntos árabes O CASO DA PALESTINA

"O plano diabólico dos sionistas, contra a população árabe"

O mundo civilizado, que está começando a se interessar pela sorte dos refugiados árabes, desconhece, ainda, em grande parte, o plano diabólico que foi traçado há muitos anos, pelos cerebros mais daninhos do movimento sionista. Quando se fala em refugiados, muitos pensam em população fugitiva, que devido aos movimentos bélicos e à estado de guerra, abandonou seus lares, na Palestina, a fim de procurar segurança nos países vizinhos.

A propaganda sionista tem trabalhado ativamente para apresentar as nações árabes e os chefes do movimento pan-árabe, como responsáveis pela tragédia dos refugiados que foram encarcerados a abandonar seus lares, quando estalou a guerra na Palestina.

A propaganda sionista vem alegando, também, que os judeus não desejavam que os árabes paraissem, mas pelo contrário, têm apelado para que os árabes fiquem, dando-lhes toda a garantia de que nenhum mal lhes aconteceria.

A resposta, a essas absurdas alegações da propaganda sionista é dada pelas ações dos próprios judeus e pelas atrocidades e brutais massacres cometidos nas cidades e vilas, nas aldeias, como Deir Yassin e outras, crimes esses que provam, cabalmente, que a propaganda sionista é uma farsa que procura levar a confusão e espalhar mentiras, a fim de ludar a opinião pública mundial.

O objetivo principal das manobras sionistas é provocar paizais entre as populações árabes, obrigando-as a escolher, entre o extermínio ou a fuga, sendo esta, naturalmente, preferida ao sacrifício máximo, por torturas e horrores, sofrimentos físicos e morais.

Muitas famílias árabes não desejavam abandonar os seus lares, mas foram forçadas a sair, devido às ações das vilas, pelas ordens terminantes das forças militares judaicas, dando-lhes o prazo mínimo de algumas horas para partir, sem levar haveres, sob a pena de mais horrendos castigos.

Esse procedimento inqualificável dos judeus não deixa dúvidas de que está sendo posto em execução o plano infernal, pre-estabelecido, desde 1918, conforme declarou, naquela época, o dr. Weizmann, atual presidente do Estado de Israel, de que "os sionistas queriam fazer da Palestina, exclusivamente para os judeus, como a Inglaterra é para os ingleses".

Os sionistas sempre planejaram trazer para a Palestina milhões de imigrantes judeus, e, em consequência, os deliberados atos criminosos, praticados contra a população árabe, não podem ser considerados como meros atos de violência.

Pol por esse motivo, a para limpar a área redida pela partilha, os judeus, de todos os elementos árabes, que as autoridades israelitas não permitiram que os fugitivos fossem aos seus lares, tendo contrariado, nesse sentido, o pedido formal, feito pelo comitê Bérardotte, por eles assinado, de que confirmasse, mais ainda, o primitivo plano de ocupação de toda a Palestina, fazendo dela um país essencialmente judaico.

As deliberações tomadas pelos sionistas, há muitas décadas, estão sendo cumpridas, sendo os judeus, de todos os elementos árabes, que as autoridades israelitas não permitiram que os fugitivos fossem aos seus lares, tendo contrariado, nesse sentido, o pedido formal, feito pelo comitê Bérardotte, por eles assinado, de que confirmasse, mais ainda, o primitivo plano de ocupação de toda a Palestina, fazendo dela um país essencialmente judaico.

Pol por esse motivo, a para limpar a área redida pela partilha, os judeus, de todos os elementos árabes, que as autoridades israelitas não permitiram que os fugitivos fossem aos seus lares, tendo contrariado, nesse sentido, o pedido formal, feito pelo comitê Bérardotte, por eles assinado, de que confirmasse, mais ainda, o primitivo plano de ocupação de toda a Palestina, fazendo dela um país essencialmente judaico.

Pol por esse motivo, a para limpar a área redida pela partilha, os judeus, de todos os elementos árabes, que as autoridades israelitas não permitiram que os fugitivos fossem aos seus lares, tendo contrariado, nesse sentido, o pedido formal, feito pelo comitê Bérardotte, por eles assinado, de que confirmasse, mais ainda, o primitivo plano de ocupação de toda a Palestina, fazendo dela um país essencialmente judaico.

Pol por esse motivo, a para limpar a área redida pela partilha, os judeus, de todos os elementos árabes, que as autoridades israelitas não permitiram que os fugitivos fossem aos seus lares, tendo contrariado, nesse sentido, o pedido formal, feito pelo comitê Bérardotte, por eles assinado, de que confirmasse, mais ainda, o primitivo plano de ocupação de toda a Palestina, fazendo dela um país essencialmente judaico.

Visitou a Sociedade Maronita o ministro do Líbano no Brasil

Esteve, ontem, às 21,30 horas, em visita à Sociedade Maronita de Beneficência e ao Grêmio da Mocidade Maronita, o ministro do Líbano no Brasil, sr. Youssef Saouda, acompanhado do sr. Hector Klat, conselheiro-geral do mesmo país nesta Capital. Proferiu breve oração, elogiando o ilustre diplomata o sr. Faraj Nader, em nome da diretoria da entidade e do Grêmio da Mocidade Maronita. Depois de agradecer as palavras de que fora alvo, o ministro Youssef Saouda percorreu as dependências da Sociedade, elogiando-as das suas finalidades.

Aumentados os fornecimentos de carne para o consumo público no próximo ano

De regresso da Capital Federal, onde se avistou com o ministro da Agricultura, fala à imprensa o sr. Iris Meinberg

Paulo, que foi àquela Capital tratar de diversos interesses da vida agrícola paulista, com o ministro Daniel de Carvalho. Abordado pela nossa reportagem sobre o resultado desse trabalho, disse:

TRES IMPORTANTES QUESTÕES

— "Fui ao Rio de Janeiro para tratar de três importantes assuntos com o ministro da Agricultura: carvão de cana, broca de café e abastecimento de carne para o próximo ano. Sobre os dois primeiros males que vêm prejudicando enormemente a nossa produção de cana e café fomos insistir com o ministro a necessidade de se dar maior importância ao combate dessas pragas, a fim de que não caia, ainda mais, as suas produções nas próximas safras. A erradicação das canaviais já tem um plano elaborado e aprovado por todos os órgãos e entidades interessadas. Quanto à broca do café, disse-nos o ministro que a Junta de Combate à Broca do Estado de São Paulo, está sendo imediatamente aparelhada para atender, prontamente, as necessidades de combate à praga".

ABASTECIMENTO DE CARNE

— "Outro assunto de grande importância foi o fornecimento de carne para o abate no próximo ano. Como se sabe o Ministério da Agricultura está elaborando pre-

sentemente o plano de abastecimento de carne para o próximo ano e sabemos que serão provavelmente aumentados os fornecimentos para o consumo público. O Distrito Federal receberá para distribuição no período das águas que vai de 1.º de fevereiro a 30 de setembro do ano vindouro, 2.000 toneladas semanais, enquanto S. Paulo que receberá 1.200 toneladas semanais para o seu abastecimento e o do Distrito Federal receberá 1.800 toneladas e São Paulo 1.300. Para garantir o abastecimento para o Rio e São Paulo na época das secas, prevê o referido plano que na fase das águas se faça uma reserva de 2.500 toneladas."

INDUSTRIALIZAÇÃO

Finalizando suas declarações, disse o sr. Iris Meinberg:

— "Com referência à industrialização de carnes e a melhoria da produção de leite, de acordo com o plano estabelecido, será permitido a industrialização de 15% do abate. Para os limites máximos da matança foram fixados 20% de vacas, 25% de ovelhas, 30% dos frigoríficos de São Paulo; 30%, nas xarqueras de S. Paulo; 50%, nas xarqueras de Minas; 60%, nas xarqueras de Goiás e Mato Grosso."

Sob o alto patrocínio de

R. MONTEIRO SA

A TRADIÇÃO NO COMÉRCIO DE TECIDOS

REBELLO JUNIOR

— o homem do gol inconfundível

Irradiará HOJE, a partir das 15 hs., o jogo

SÃO PAULO vs. JUVENTUS

Comentários de Bruno Sobrinho

RADIO BARRA DEIRANTES PRH-9

Exportação brasileira de café durante o mês de outubro

O PORTO DE SANTOS MANTÉM A VANGUARDIA — CONSTATADA A MAIOR SAÍDA DE CAFÉ DESDE 1947

(Comunicado da Carteira Agrícola do Banco do Estado)

Damos hoje a exportação brasileira de café durante o mês de outubro p. passado, representada pela cifra de 1.809.187 sacas. Como sempre ocorre, o porto de Santos contribuiu com a maior parte para esse total, ou seja, com 1.220.501 sacas. Muito embora tenham sido despendidas por esse porto, 1.241.667 sacas, a diferença

PORTOS	QUANTIDADE EXPORTADA	Consumo no Bordo	Por Ca-botagem	Total
Santos	1.116.746	3.362	1.120.301	
Rio de Janeiro	360.118	3.712	363.830	
Vitoria	72.764	21.580	94.344	
Paranaguá	184.658	348	185.006	
Angra dos Reis	38.875	4	38.879	
Salvador	2.100	1.030	3.134	
Recife	4.417	800	4.497	
Caravelas		1.000	1.000	
Total	1.777.678	897	1.778.575	

MOVIMENTO SINDICAL

Apresentado por jornalistas no Rio um anteprojeto para regular o exercício da liberdade de imprensa

Adiados os debates na A.P.I., por esse motivo — Opinião dos srs. Eduardo Pellegrini, Rui Marucci e do bispo Salomão Ferraz — Unanimidade contra a apreensão de jornais — O projeto Plínio Barreto seria uma porta aberta à ditadura

Numerosos profissionais de imprensa em São Paulo, de fim de discutir o projeto de Lei Complementar, da Comissão de Leis Complementares, de que é relator o sr. Plínio Barreto, bem como o substitutivo de Targino Ribeiro, da A.B.I., de um terceiro projeto, de JORNALISTAS. Aos presentes foi informado ter sido apresentado mais um



Aspecto da reunião de ontem, na A.P.I., vendo-se na presidência da mesa o sr. Ribas Marinho

anteprojeto a respeito da liberdade de imprensa, desta vez com jornalistas em plena atividade profissional na Capital da República. Tal projeto, um verdadeiro substitutivo, por intermédio da A.P.I., seria levado ao conhecimento dos jornalistas de São Paulo, a fim de ser debatido em mesa-redonda, com a devida urgência.

Por motivo do surgimento de mais esse anteprojeto, a regulamentação do texto constitucional, deliberou a A.P.I. suspender a discussão do projeto da Comissão de Leis Complementares e de todos os projetos que emitem opiniões para orientação do público, mas encarece a necessidade de que toda a regulamentação a ser batizada a respeito do inciso constitucional seja feita pela autoridade pública, a fim de que não venha a ser utilizada, em qualquer caso, exatamente contra a livre manifestação de pensamento.

UNANIMIDADE CONTRA A APREENSÃO DE JORNALIS
O projeto Plínio Barreto permite que a apreensão dos jornais seja feita pela autoridade pública, dentro de 24 horas, sob pena de multa de 20 dias, e o diretor ou o gerente do jornal, por decisão aprovando ou não a apreensão. Se a apreensão for reprovada pelo juiz, este impõe

o regime democrático. Resta que o movimento de defesa da liberdade de imprensa prosiga e assegure a vigência de uma regulamentação que não seja a negação do texto constitucional.

DO BISPO SALOMÃO FERRAZ
D. Salomão Ferraz, bispo católico brasileiro e socio numero 1.127 da A.P.I., declarou:

— Sou pela liberdade de consciência, de religião e de pensamento, e contra toda e qualquer ditadura, civil ou religiosa. Sou ainda pela responsabilidade dos jornalistas e de todos os que emitem opiniões para orientação do público, mas encareço a necessidade de que toda a regulamentação a ser batizada a respeito do inciso constitucional seja feita pela autoridade pública, a fim de que não venha a ser utilizada, em qualquer caso, exatamente contra a livre manifestação de pensamento.

OPINIO DO SR. EDUARDO PELLEGRINI
Ontem, na A.P.I., o sr. Eduardo Pellegrini, ex-presidente da comissão de Leis Complementares, escolheu o capítulo referente à apreensão de jornais e retificação na parte relativa às penalidades, a meu ver é bem claro, também acho que, modificando na parte referente às penalidades, e em outros pequenos detalhes, aproxima-se do outro. Tenho sugestões a fazer, no sentido referente às penas, porque entendo que a maior garantia da liberdade de imprensa está na efetiva responsabilidade dos autores das opiniões publicadas nos jornais. E é em torno deste ponto que farei observações na próxima reunião da A.P.I.

DO SR. RUI MARUCCI
O sr. Rui Marucci, que compareceu à reunião da A.P.I. representando a Associação dos Cronistas Parlamentares, de que é presidente, declarou:

— Não devemos temer a Lei

de imprensa em si, pois é claro que o jornalista precisa assumir a responsabilidade daquilo que escreve. O projeto do sr. Plínio Barreto, porém, seria a porta para a ditadura, o projeto de Targino Ribeiro, o pronunciamento da classe jornalística já alterou a situação em favor da liberdade de imprensa, que a todos nós cabe preservar, como uma conquista

rá a autoridade policial a multa de 500.000 a 2.000.000 e condenar a Fazenda Pública a indenizar o jornal das perdas e danos que sofreu.

A rigor, o projeto deixa a critério da autoridade policial julgar se o jornal deve ou não ser apreendido, e o que os jornalistas profissionais em absoluto não concordam. Há uma unanimidade perfeita entre os profissionais de imprensa.

Interesse do ministro pela reivindicação dos operários da Light
RIO, 12 (Aspress) — Os diretores dos sindicatos dos operários da Light solicitaram ao Ministério do Trabalho para a realização de uma assembleia geral extraordinária, para apreciação dos entendimentos feitos com a direção da empresa em torno das reivindicações da classe.

Sabe-se que antes dessa autorização ser dada, o ministro Honório Monteiro procurará um entendimento com os diretores da empresa.

Em nova sede o Sindicato dos T. I. de Artefatos de Borracha de São Paulo e Santo André
Comunicamos ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo e Santo André a transferência de sua sede para a Praça Carlos Gomes, 16, terço.

O sr. Rui Marucci, que compareceu à reunião da A.P.I. representando a Associação dos Cronistas Parlamentares, de que é presidente, declarou:

— Não devemos temer a Lei

de imprensa em si, pois é claro que o jornalista precisa assumir a responsabilidade daquilo que escreve. O projeto do sr. Plínio Barreto, porém, seria a porta para a ditadura, o projeto de Targino Ribeiro, o pronunciamento da classe jornalística já alterou a situação em favor da liberdade de imprensa, que a todos nós cabe preservar, como uma conquista

rá a autoridade policial a multa de 500.000 a 2.000.000 e condenar a Fazenda Pública a indenizar o jornal das perdas e danos que sofreu.

A rigor, o projeto deixa a critério da autoridade policial julgar se o jornal deve ou não ser apreendido, e o que os jornalistas profissionais em absoluto não concordam. Há uma unanimidade perfeita entre os profissionais de imprensa.

Propôs na Assembléia Legislativa a extinção da pasta do Trabalho

O D.E.T. ficaria subordinado à Secretaria da Justiça — Projeto do deputado Onil Silveira

Em consequência das cortes efetuadas no orçamento do Estado, a fim de buscar-se o equilíbrio orçamentário da Receita e da Despesa, vários serviços deverão ser extintos. Consubstanciando uma dessas extinções, o deputado Onil Silveira apresentou projeto de lei determinando:

Artigo 1.º — Fica extinta a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Artigo 2.º — Para o desempenho das atribuições delegadas pelo governo federal quanto à execução e fiscalização das leis trabalhistas, é mantido o Departamento Estadual do Trabalho, que ficará subordinado à Secretaria da Justiça.

Artigo 3.º — O pessoal fixo e o material permanente da Secretaria ora extinta serão imediatamente redistribuídos pelos demais departamentos do governo, segundo as necessidades do serviço público.

Artigo 4.º — A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A JUSTIFICATIVA DO PROJETO
O deputado Onil Silveira assim justificou seu projeto:

— «É opinião geral que a criação da Secretaria do Trabalho correspondeu mais a exigências de ordem política do que a de conveniências do serviço público. O convenio firmado entre os governos da união e de São Paulo apenas determinou que os serviços de execução e fiscalização das leis trabalhistas fossem mantidos no Estado, através do Departamento Estadual do Trabalho. A criação da Secretaria do Trabalho foi mencionada na cláusula 5.ª do convenio como simples obrigação contratual. Ela os termos dessa disposição:

«Para o desempenho das atribuições delegadas, bem assim de outras, da esfera estadual, o governo do Estado, quando julgar conveniente, criar uma Secretaria do Estado...»

Assim, a qualquer momento PODERIA o Estado extinguir a Secretaria, que criou no exercício de uma faculdade e não no cumprimento de uma obrigação contratual. O convenio perdurará até que seja denunciado por qualquer das partes, mas a Secretaria não tem nenhuma razão de subsistir, ficando o Departamento Estadual do Trabalho reinvestido nas suas funções específicas, sob a supervisão — que hoje

também existe — do Ministério do Trabalho, a extinção da Secretaria — que praticamente nada tem feito em benefício da coletividade — trará grande redução de despesas, o que é extremamente vantajoso para o Estado. Quanto ao seu pessoal fixo, será distribuído pelas repartições que necessitam de funcionários, evitando-se assim novas nomeações.

Posse da diretoria da Associação dos Enfermeiros Católicos
Tomou posse ontem à noite a diretoria da Associação dos Enfermeiros Católicos de São Paulo, de que é presidente a dr. Isabel Chagas.

A posse realizou-se no salão nobre da Curia Metropolitana, perante grande numero de médicos e enfermeiros. Falaram o sr. Paiva Ramos, dr. Isabel Chagas, o pároco da Paróquia de São João, e o sr. Antonio Maria Alves de Siqueira.

Sindicato dos Mestres e Contramestres na Indústria de Fiação e Tecelagem, no Estado de São Paulo
Assembleia Geral Extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Sindicato dos Mestres e Contramestres na Indústria de Fiação e Tecelagem, no Estado de São Paulo, com sede social à Rua João de Castilhos, 732, por intermédio do seu presidente, abaixo assinado, e, nos termos do presente Edital, vem convocar todos os associados em gozo de seus direitos sindicais, para tomarem parte na Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 1.ª convocação no domingo, dia 14 de novembro, às 7 horas da manhã, à Rua João de Castilhos, n.º 732, Bolo de Favela, a fim de se discutir, debatida e aprovada a seguinte Ordem do Dia:

a) Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior;
b) Exame de um relatório sobre os salarios atuais dos componentes da categoria representada por este Órgão de Classe, no Estado de São Paulo, frente à elevação sempre crescente e inconstante do custo de vida;

c) Bases do dissídio coletivo de trabalho a ser instituído em favor de todos os participantes da categoria representada por este Órgão de Classe, no Estado de São Paulo, e a sua aplicação imediata;

d) Votação por escrutínio secreto, para autorizar o Conselho de Classe a instituir um dissídio coletivo na Indústria de Fiação e Tecelagem, no Estado de São Paulo, contra todas as firmas participantes da categoria representada por este Órgão de Classe, no Estado de São Paulo, e a sua aplicação imediata;

e) Autorizar a Diretoria de Ordem de Classe a proceder em um empreendimento de caráter coletivo, para a melhoria do predio já existente ou, demolir e construir um novo no mesmo local;

f) Autorizar a venda de portas e janelas usadas extinguidas, para a venda social.

Em não havendo numero legal de associados presentes para a realização, em 1.ª convocação, da Assembleia ora convocada, a mesma será realizada em 2.ª e última convocação duas horas após (9 horas da manhã) no mesmo local e com qualquer numero de associados presentes.

De acordo com os estatutos sociais somente poderão participar e votar nessa assembleia os associados gútes com os cofres desta entidade, em pleno gozo dos seus direitos sociais, e mediante apresentação da carteira Sindical.

São Paulo, 11 de novembro de 1948. — Fernando Garcez — Presidente.

(12-13-14)

Regressou o sr. Armando de Arruda Pereira
Regressou ontem dos Estados Unidos, para onde foi a fim de participar da reunião anual dos presidentes do Rotary Internacional, o sr. Armando de Arruda Pereira, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e dos Conselhos Nacionais de Indústria e Comércio de São Paulo do Serviço Social da Indústria.

No aeroporto de Congonhas, ao descer do avião, que o trouxe a esta Capital, foi o sr. Armando de Arruda acompanhado por numerosos amigos e admiradores que o foram receber para expressar-lhe os seus votos de boas-vindas.

Telegramas retidos
Na Sorocabana — Fabrica de Chumbo Saba Goulay — S.P.: Júlio Pires, via Maria de Lourdes, 21; Jadir Lira — São Helena, 23-P; José Rodrigues — Rua Paqueta, 120; Rui Silveira — Rua Costa, 166; Selkiza — Praça João Mendes, 33.

MERCADOS

Sinopse do dia

Depois do feriado, na véspera, havido em Nova York, o contrato "Santos" voltou a funcionar em alta para quase todos os meses, fechando com alta de 23 e 27 e baixa de 8 pontos, em libra, ou cerca de 7 cruzeiros, em saca, para o maior limite da elevação verificada, enquanto a baixa andou no redor de 2 cruzeiros. Em Santos, o mercado esteve influenciado pelos prognósticos da posição estatística, com a expectativa de menor colheita, alcançando as entregas de 10 quilos, ou 600 cruzeiros, em saca de 60 quilos, embora o mercado estivesse pouco movimentado. Os círculos consumidores internacionais estranharam essa orientação, a qual responde pelas altas não só ontem verificadas, mas durante os últimos dias. Também o disponível funcionou com melhor orientação, especialmente no que respeita aos cafés finos, em helada e tipo, que continuam a merecer a preferência dos exportadores.

O algodão fechou com alta em Nova York, a qual oscilou de 3 a 27 pontos, em libra. Em S. Paulo, o nosso produto alcançou nível superior ao internacional, razão por que não houve negócios na Bolsa de Mercadorias, caindo ligeiramente os preços do termo, mas conservando o disponível a posição precedente, isto é, o tipo 5 colado na base de 207 cruzeiros.

Os valores estiveram com ligeiras melhoras, especialmente em títulos estaduais, com a difusão da aprovação da Lei de Meios, através do equilíbrio verificado na Receita e Despesa. Foram ainda as apólices Ferroviárias e Unificadas, ainda o maior fator de movimento dos negócios, os quais alcançaram 3.559.362 cruzeiros, dos quais somente 455 mil correspondem aos títulos particulares.

CAFÉ
ENTREGA DIRETA D I A S
Novembro 30,00 100,00
Dezembro 30,00 100,00
Jan. a junho de 1949 30,00 100,00
Julho a dez. de 1949 30,00 100,00
Jan. a junho de 1950 30,00 100,00
Mercado: Firme.

TERMO DE NOVA YORK
(Panama, 12)
CONTRATO "SANTOS"
(Centavos por libra)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Ab. etavel.
Fechamento: Alta de 23 e 27 e baixa de 8 pontos.
Vendas: 31.000 sacas.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama, 12)
Fecham. Fech.
Novembro 24,00 27,00
Dezembro 24,00 27,00
Jan. a junho de 1949 24,00 27,00
Julho a dez. de 1949 24,00 27,00
Jan. a junho de 1950 24,00 27,00
Mercado: Firme.

CONTRATO "RIO"
— Suspensão até segunda ordem.
DISPONIVEL EM NOVA YORK
(Panama,

PELO INTERIOR

Abrijo de Menores de Piracicaba

Os problemas existentes nas cidades do "interior" paulista que estão merecendo os mais variados tipos de solução por parte dos respectivos administradores estão sendo resolvidos de modo satisfatório na maioria dos casos. A obra dos que são responsáveis por essas regiões, bandeirantes em seu espírito, não se limita a resolver os problemas de ordem administrativa, mas também a resolver os problemas de ordem social e econômica.

O incremento, o auxílio e o esforço despendidos por aqueles administradores, além de beneficiar e estimular o progresso dos municípios de São Paulo, são inefluentemente reconhecidos pelos seus superiores hierárquicos que procuram, também, de todas as formas, auxiliá-los nesta tarefa.

Temos noticiado nesta seção constantemente inúmeras reivindicações do interior paulista. Esses municípios são os pequenos municípios do interior paulista que, apesar de sua importância, não recebem a atenção devida por parte dos seus superiores hierárquicos. Esses municípios são os pequenos municípios do interior paulista que, apesar de sua importância, não recebem a atenção devida por parte dos seus superiores hierárquicos.

Um exemplo disto nos dá Piracicaba, pelo vulto da obra. Nessa cidade paulista, nestes dias, está sendo levada a efeito uma campanha de amplas proporções a fim de conseguir de seus moradores o auxílio necessário para ser concluída a edificação do Abrijo dos Menores Desamparados de lá. Isto, no que parece, serve para dar uma minúscula ideia do que se vem fazendo pelo nosso interior a dentro.

S. K. S.

A pavimentação da estrada de rodagem municipal de Sto. André

SANTO ANDRÉ, 12 (Do correspondente) — Sob o auspício da Prefeitura Municipal e apoio integral da Câmara Municipal, está sendo elaborado o projeto de pavimentação da estrada de rodagem municipal que liga a sede do município aos distritos de Mauá e Ribeirão Pires, numa extensão de 20 quilômetros. Tal projeto, que deverá ser concluído no decorrer do ano de 1949, tem como finalidade proporcionar aos habitantes das localidades que serão grandemente beneficiadas, e que, por sua vez, aumentará as rendas municipais.

A população de Santo André, dos distritos de Mauá, Ribeirão Pires e Parapiçaba, esperam com confiança no Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal, e no Sr. Antonio Fláquer, presidente da Câmara, que possam, o quanto antes, dar início às obras de pavimentação da estrada, pois se aproxima a estação das águas, o que muito dificultará o trânsito na estrada que liga Santo André a Mauá e Ribeirão Pires, e que é feito diariamente por automóveis, ônibus, carros, etc., numa média diária de 1.000 veículos.

SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Esleita a "Rainha das Estudantes"

SANTA RITA DO PASSA QUATRO, 12 (Do correspondente) — Desde meados de outubro, vem sendo realizada, com grande entusiasmo em Santa Rita do Passa Quatro, a eleição para a escolha da "Rainha das Estudantes".

Sociedade Portuguesa de Beneficência

Deverá ser inaugurada no próximo dia 14, às 16 horas, no Hospital São Pedro, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santo André. Tal fato vem de elevar ainda mais o conceito que é lida a colônia portuguesa, que, apesar de sua pequena população, tem realizado grandes obras de bemfazer.

Clube Atlético Aracruzense

O Clube Atlético Aracruzense fará realizar, no próximo dia 14, às 20 horas, o jogo de futebol entre o time do clube e o time do clube de São Paulo. O jogo será realizado no campo de futebol de São Paulo.

Presidente Prudente

VENDEDORES AMBULANTES

PRESIDENTE PRUDENTE, 9 — Na nossa cidade existem muitas pessoas que vendem produtos ambulantes. Essas pessoas são muito úteis para a comunidade, pois elas vendem produtos que são necessários para a vida cotidiana.

COMUNICADO

Aos nossos agentes, correspondentes e assinantes

Comunicamos, para devidos fins, que o Sr. RICARDO MOKARZEL deixou as funções de nosso representante, e por isso não está autorizado a angariar assinaturas, reformar ou receber numerário de quem quer que seja. Outrosim, convidamos o Sr. RICARDO MOKARZEL a comparecer à Administração do jornal, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, a fim de regularizar a sua situação.

São Paulo, 12 de Novembro de 1948.

"De grande importância para o município de Quatá e de uma vasta zona paulista a ligação ferroviária Borebi-Quatá"

Integridade territorial do município — Serviço de água e esgotos, velha aspiração dos quatenses — A criação do ginásio — Palavras do Sr. Antonio Silva ao JORNAL DE NOTÍCIAS

Encontro-se há vários dias, no Departamento de Estradas de Rodagem, o projeto de criação de uma estrada de rodagem que ligará o município de Quatá ao município de Borebi. A obra, que tem como finalidade proporcionar aos habitantes das localidades que serão grandemente beneficiadas, e que, por sua vez, aumentará as rendas municipais.



O Sr. Antonio Silva, prefeito municipal de Quatá, quando falava ao nosso redator.

11 em Taquaritinga, à qual deverá comparecer o governador do Estado e altas patentes governamentais, disse o nosso entrevistado:

A Bandeira dos Prefeitos Paulistas, que abriga em seu topo representantes de todas as legendas partidárias, vem ativamente trabalhando para a realização da obra, que tem como finalidade proporcionar aos habitantes das localidades que serão grandemente beneficiadas, e que, por sua vez, aumentará as rendas municipais.



A FUTURA ESCOLA NORMAL DE NOVO HORIZONTE — Está sendo construída em Novo Horizonte, uma obra de cunho altamente popular, que está sendo custeada com contribuições de elementos de todas as classes sociais, e que, depois de concluída, virá a ser o grande orgulho de uma comunidade progressista e idealista. Trata-se do majestoso prédio que será erguido na esplanada Valente Gentil, Via Pádua, onde será instalada a Escola Normal de Novo Horizonte e que deverá estar funcionando no próximo ano letivo. Esse empreendimento é uma das velhas aspirações da juventude estudantil de Novo Horizonte que, além de trazer para aquela cidade interiorana um grande benefício com a sua realização, fixará o início de uma nova fase de progresso. O clichê fixa um aspecto das obras de construção da futura Escola Normal de Novo Horizonte.

Será calçada uma área de 36 mil metros quadrados de vias públicas em Bebedouro

BEBEDOURO, 10 — Na sessão da Câmara Municipal, do dia 13 do mês de outubro p. findo, foi aprovada a lei, que abala transcrevemos na íntegra.

Pessoas interessadas no assunto chamam-nos a atenção para o seguinte: O art. 32 da Lei Orgânica dos Municípios nos seus artigos 1.º a 2.º acrescenta:

SANTOS VISITA DO PREFEITO A CAMARA MUNICIPAL

SANTOS, 12 (Da nossa) — Com início às 14.30, realizou-se em Santos uma sessão solene em homenagem ao Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, que se encontra em Santos para o Congresso Internacional Feminino, a realização do qual é presidida pelo Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos.

LIMEIRA

Biblioteca de Estudos — Durante este mês será instalada a Biblioteca de Estudos junto à Agência Modelo de Estatística da Prefeitura Municipal de Limeira. A biblioteca será instalada na Agência Modelo de Estatística da Prefeitura Municipal de Limeira.

NOTAS FORENSES

Decisões do Tribunal e das Varas Cíveis e Criminais no dia de ontem

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

RECURSO "EX-OFFICIO" — 40.353 — Juiz de Direito da 1ª Vara de São José do Rio Preto, Julgaram procedente para julgar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de São José do Rio Preto, Julgaram procedente para julgar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de São José do Rio Preto.

VARAS CRIMINAIS

4ª Vara — José Amador dos Santos, condenado a 1 ano de reclusão e 1 ano de internação na Colônia Agrícola Cordeiro, Fernando Luiz, condenado a 3 anos e 6 meses de reclusão, e Carlos Manoel, condenado a 3 anos de reclusão.

TRIBUNAL DO JURI

Em sessão do Tribunal do Juri, ontem realizada, a presidência do Sr. Soares de Melo, tendo como promotor o Sr. Nilton de Almeida, e como defensor o Sr. Nilton de Almeida, Julgaram procedente a ação de despejo de João Moraes Filho, condenado a 3 anos de reclusão.

CURITIBA

ATIVIDADES CIENTÍFICAS CURITIBA, 8 (Do correspondente) — Constituiu-se a Associação dos Estudantes Internos da Universidade de Curitiba, com o objetivo de promover a cultura e a ciência entre os estudantes internados na Universidade de Curitiba.

PREFEITURA MUNICIPAL

Execução do Convênio Escolar entre o Estado e o Município

O prefeito Milton Improbato, em data de ontem, em uma reunião com o Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, discutiram a execução do Convênio Escolar, que tem como finalidade proporcionar aos habitantes das localidades que serão grandemente beneficiadas, e que, por sua vez, aumentará as rendas municipais.

Helicópteros e aviões da Força Aérea Brasileira em Catanduva

Com a presença do ministro da Aeronáutica, realizou-se em Catanduva, no dia 10 de outubro, uma reunião com o Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, para discutir a execução do Convênio Escolar.

NARANDIBA

NARANDIBA, 10 (Do correspondente) — Deverá vir a ser instalada em Narandiba, no próximo dia 14, a Agência Modelo de Estatística da Prefeitura Municipal de Narandiba.

As secas estão matando o gado na Austrália

Notícia proveniente da Austrália, informa que a seca, que está matando o gado na Austrália, está causando grandes prejuízos aos produtores de gado.

Culto Evangélico

Terreia Adventista do Settimo Dia — O culto evangélico, que está sendo realizado em Terreia, tem como finalidade proporcionar aos habitantes das localidades que serão grandemente beneficiadas, e que, por sua vez, aumentará as rendas municipais.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

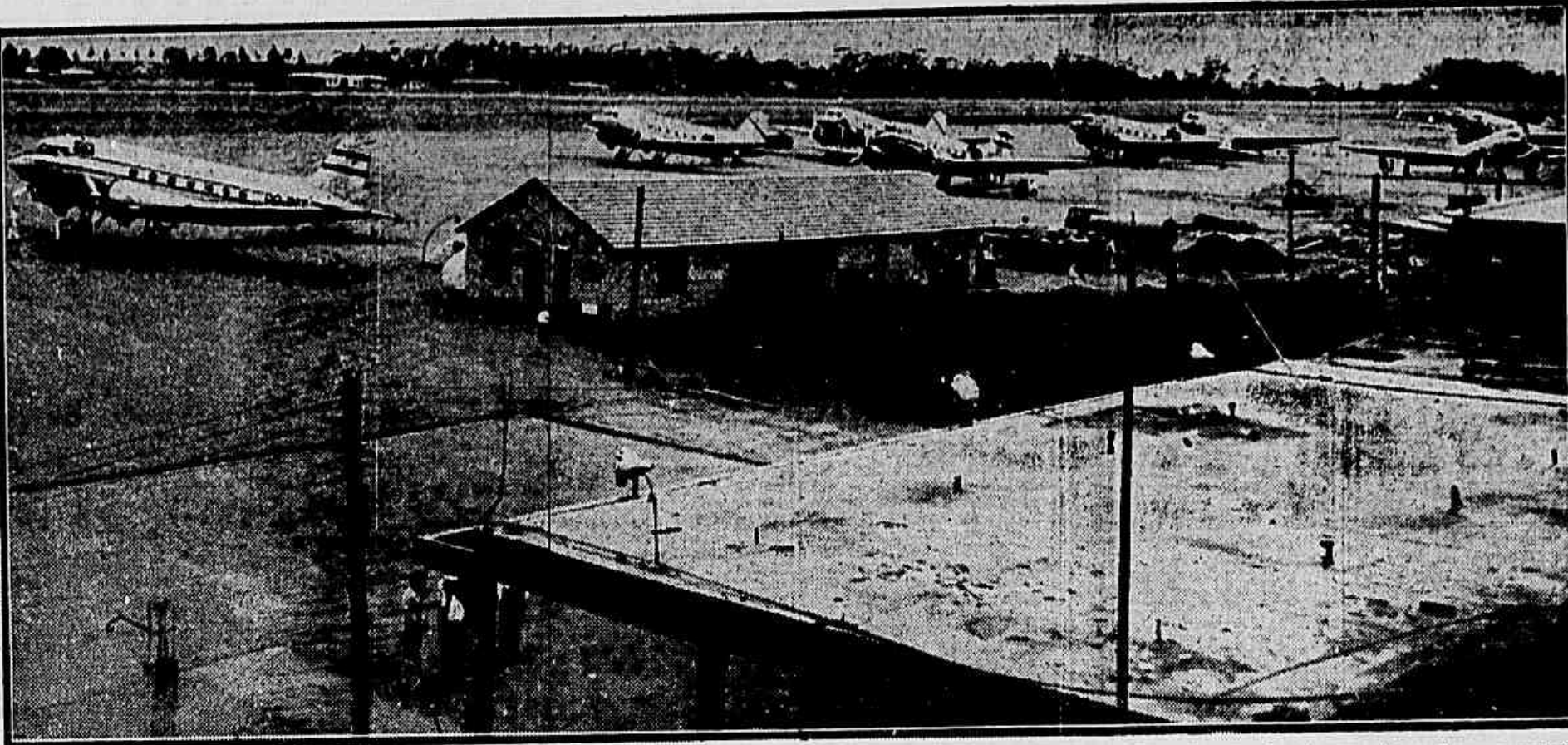
Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Declaro a guerra

Declaro a guerra — O Sr. Antonio Fláquer, prefeito municipal de Santos, declarou a guerra aos problemas de ordem administrativa que estão afetando o município de Santos.

Aumenta progressivamente, em São Paulo, o movimento do transporte por via aérea



O clichê acima mostra bem o que são as reformas do Aeroporto de Congonhas. O aumento claro de aviões que decolam de suas pistas, o número cada vez maior de passageiros, a bagagem e a correspondência transportadas desta Capital para outros Estados e de outros Estados para esta Capital, são um atestado objetivo do desenvolvimento vertiginoso de São Paulo. Reformas como esta se impõem, ainda mais que as previsões do movimento de Congonhas para o segundo semestre do corrente ano, são realmente impressionantes.

A MORTE ESTÁ EM TODA PARTE

A vida humana, no Rio de Janeiro, não tem mais garantia nem preço

Ambiente de terror e insegurança — Assassinos e "gangsters" em liberdade — A orgia do habeas-corpus — Um tiro ou uma punhalada e a morte, a qualquer momento e em qualquer canto da cidade — Desfile de astros e estrelas do mundo de Caim — Começou a invasão dos lares

RIO, 12 (Da sucursal) — A Arca, Arca (que não é Abelha, pois acaba de abandonar publicamente o nome herdado do marido) está escolhendo seus melhores sorrisos e suas poses mais cinematográficas para demonstrar à sociedade, a cujo seio volta glorificada, os sentimentos inspirados pelo brutal assassinato do seu esposo. Salvo do cárcere diretamente para a casa do seu solitário advogado, autor da desorientante tese de que a liberdade de imprensa é nazifascista... Está agora a fazer vivas, em condições de repórter, quando quiser, os estúpidos idóneos que dia propriamente ter realizado com o pitoresco Viviani, para só falar num dos amantes dessa Messalina suburbana que, em toda esta aventura, apenas ganhou alguns quilos de gordura e muito cartaz — um cartaz de que pretende tirar partido, pois já anuncia suas memórias, enquanto responde, jovialmente, às exclamações da turba que, em frente à sua nova residência, promove cenas carnavalescas conforme se noticiou...

Final, quem matou Abel Abelin? — Já de perguntar-se. E a resposta é a melancólica certeza de que o horrível "crime da machadinha" vai ficar impune, como tantos outros, servindo de exemplo e estímulo a outras tragédias do mesmo gênero, que, aliás, já se vêm reproduzindo. Outras Aracas surgirão, para a sensação das "manchetes" e dos microfones.

ASTROS E ESTRELAS DO MUNDO DE CAIM — Mesmo porque o crime, entre nós, está se tornando uma tradição de destruição e sinistro brilho. Ainda há pouco, uma horda da rua Riachuelo (de nome Renita, salvo engano),

conquistou fama de favorita das maldades, pondo em risco o "estrelato" de Araci, somente por ter recebido um golpe de machadinha no crânio... Zé da Ilha é o ídolo dos mortos e arrabalde, graças ao prestígio de sua travalva e sua capoeiragem. Um cadete que invadiu o escritório de um advogado para matar, premeditadamente, o pai de sua noiva, tornou-se um herói e está livre, casado com a filha de sua vítima.

Longo é o rol de casos como

esses, ultimamente ocorridos e que, decerto, perduram na lezíria pública. A verdade evidente é que nunca se assassinou tanto no Rio, como agora. A vida humana não vale mais nada, ante o delírio homicida que lava na cidade das maravilhas...

A INVASÃO DOS LARES — Cada um de nós está sujeito a receber um tiro mortal ou uma punhalada definitiva, a qualquer momento. Sucede-se

as cenas de sangue e os assul-

tos nas zonas norte e sul, em Madureira e Copacabana, numa atmosfera carregada de ameaças invisíveis e presenças angustiantes. A febre criminal se alastra, com caráter de epidemia insólita. O Rio se transforma num singular matadouro humano, e os instrumentos de chibcha se multiplicam, a fim de revolver a machadinha e a espingarda de cada...

PARAÍSO DA IMPUNIDADE — Quais as causas desse impressionante fenômeno, que ninguém, entre nós, pode negar?

Sala aos olhos o fator principal: a impunidade. O aparelho policial-judiciário, no tocante ao crime, está repleto de falhas, erros e deficiências. A aplicação do habeas-corpus assume um caráter de orgia. Não temos uma polícia técnica, em condições de desvendar crimes misteriosos. Parece, de resto, que o microbio da burocracia neutraliza a ação de muitos setores do D.P.E.P.

Em suma, as causas do mal são de natureza penal e policial, sobretudo. Não devemos complicar o problema, descobrindo-lhe discutíveis raízes sociais, econômicas ou religiosas.

Matou a noiva antes que o ciúme o matasse

Evadido da cadeia de Piraju, onde cumpria pena de 30 anos, o criminoso foi agora recapturado em Cerqueira Cesar, onde vivia casado e com 3 filhos

Corroboração energética e insustentável a sentença "mais forte e mais egotista do que a força do amor é a do ciúme", a história do lavrador Cirineu do Almeida, cuja vida principiou a se tumultuar desde os fins de 1939. Lavrador desde então idade, e homem de todo ofício, Cirineu foi levado à barra da Justiça, que o condenou a 30 anos de prisão pela autoria do crime. Foi ele recolhido à cadeia de Piraju, da qual, porém, evadiu-se. Agora, foi Cirineu recapturado em Cerqueira Cesar, Estado do Paraná, onde se encontrava havia já vários anos e onde se casou com uma jovem, tendo o casal três filhos. Na polícia, refiriu Cirineu ter matado a noiva antes que o ciúme o matasse. O resto da pena irá ele cumprir na Penitenciária do Estado de São Paulo.

Uma enorme cobra fugiu do Butantã — CAMPOS, 12 (Ampress) — Na Ilha do Cunha a proximidade do Butantã, nesta cidade, apareceu uma enorme cobra, que dizem medir mais de 20 metros de comprimento, que vem devorando "leitões", e outros animais domésticos existentes na redondeza. Pálida, que a cobra fugiu do Instituto em São Paulo e veio pela água do rio Paraíba. Os moradores das proximidades estão alarmados e já foi organizado um grupo para dar caça ao ofídio.

ROTEIRO DO DIAMANTE

PARIAS NA TERRA DA FORTUNA

Todos convergem para a exploração do garimpeiro "meia-noite", vítima dos "donos de serviço" e, principalmente, dos exportadores de diamante, os reis de Poxoréu — Trabalhando do nascer do sol ao cair da noite a troco de um prato de comida — Desabafo de um homem revoltado que a política levou à região

Texto de Silvestre Maia — Fotos de Ernani Contursi (Enviados especiais do JORNAL DE NOTÍCIAS e da FOLHA CARIOCA, ao Oeste)

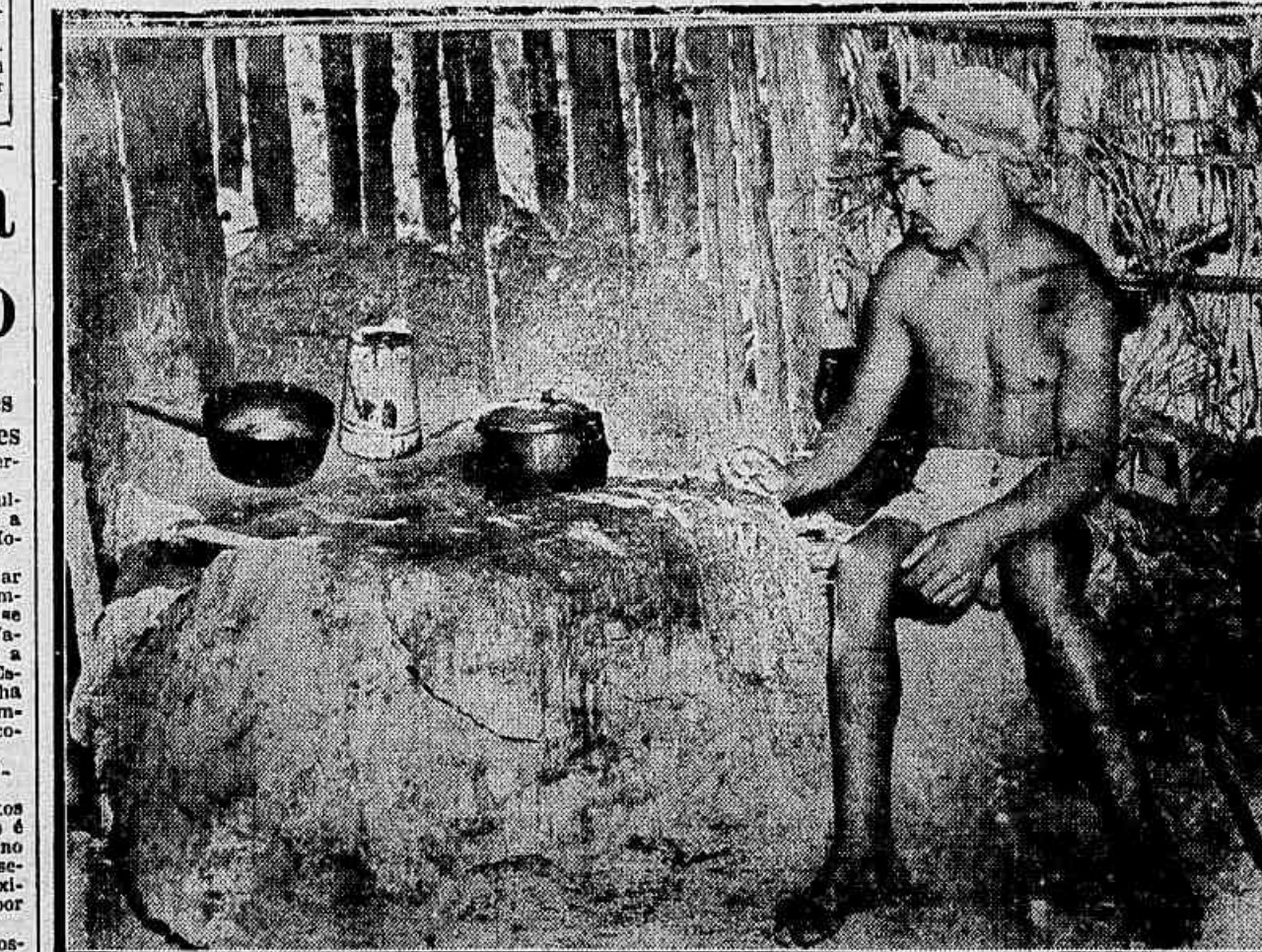
POXORÉU, Novembro, (Pela Central Aerea) — Para conhecer os garimpeiros de Poxoréu, o objetivo que aqui nos trouxe — somos postos, frente a frente, com os donos da terra. Este é "Dideus", na vida civil, Raymundo Macedo, que foi nosso companheiro no Rio de Janeiro, onde "chodou" a "dideus" da Central Aerea. Este outro Quirino de Oliveira, dono de garimpos e

escusas, percebe-se que essa modestia vem do costume de não se falar de si mesmo. E o Flaco, o imposto sobre a renda é um caso muito sério. E a revelação da renda, mesmo em se tratando de Poxoréu, quando "divulgada" no Rio de Janeiro, pode "dar chodas"...

Uma coisa, entretanto, nenhum deles nega: há, na terra, uma fome terrível.

por isso, a fome, fugindo aos donos da terra que são informados falsas, a eles conveniências, nos prestariam. No único bar de luz elétrica da cidade, fornecida por um motor próprio, fomos abordados por um garimpeiro cujas roupas rústicas, mãos calçadas e barbas longas não conseguiam esconder o cidadão civilizado. Fugiu do

mentos" através de todos os seus aspectos. Ele botou, então, a cabeça na boca: — Ao contrário do que se diz, o garimpeiro é um operário dos mais explorados. Procura obter seu "modus vivendi", as condições econômicas e sociais em que vive, a sociedade a que pertence, da qual é fundador inconsciente. Procura ver o sentido de sua luta existencial.



Se não quiser morrer de fome, o garimpeiro será obrigado a cozinhar os seus próprios alimentos, no interior da palhaça.

— Não é um homem que está diante de nós. Demonstra ter um curso superior. Debaixo da capa rude tem maneiras delicadas. Entretanto, não lhe podemos salvar o nome. Mesmo porque temos horror à delação e o corpo sensível às torturas... Por isso, nada melhor do que deixá-lo falar.

Somos estupidamente explorados pelos "forneceiros", pelos "donos de serviço", pelos "exportadores".

O "FORNECEDOR" — Ele continua. E continua nos revelando um mundo desconhecido. — "Forneceiro" é a pessoa que, dando apenas comida e cama (muitas vezes só a comida, quando o garimpeiro possui barraca, que contém um rudimentar e anti-higiénico rancho de palha, perdido nas zonas de garimpo ativo) o "forneceiro", dizíamos, tem direito à metade da produção de minério. Ou, apenas, do chamado "saco", ou a subsistência da "meia praça" (trocado na 4.ª página)

Dez mil vidas ceifa anualmente a tuberculose no Est. de São Paulo

É preciso evitar o alastramento da peste branca ao interior do Brasil, onde existem populações virgens à doença — A espantosa incidência da moléstia nos Estados do Norte — Declarações do tisiólogo sr. Mozart Tavares de Lima

A tuberculose ocupa lugar destacado entre as doenças que constituem o flagelo de nossas populações. Graças a uma campanha educativa bem orientada e ao combate ceriado que lhe têm movido os médicos especialistas, assim como, as instituições particulares, vem sendo, aos poucos, afastada a sua maldade, principalmente, nas concentrações humanas, nas grandes cidades, onde a civilização viceja com mais vigor. Devido ao trabalho desenvolvido pelos que compreendem a importância do mal que causa no nosso povo a peste branca, muitas pessoas, afastadas da doença, conseguem restabelecer-se completamente, tornando-se

que possui, tem elementos para a compreensão da doença, e vem fazendo, os resultados das campanhas que vêm sendo feitas contra a tuberculose, doença que cobra de nós um preço, anualmente, pesado e doloroso tributo.

10.000 MORTOS — Iniciando a sua palestra com o repórter, disse o sr. Mozart Tavares de Lima: — «Ainda é a tuberculose a doença que mata entre nós, sendo que cerca de 10.000 indivíduos, anualmente, morrem vítimas da terrível moléstia. A sua incidência como doença varia muito segundo os grupos sociais, idade, etc. que se considerem. Podemos, porém, dizer de uma maneira geral, a porcentagem de mortes causadas pela tuberculose, se considerarmos toda a população, é de 1 a 1,5%».

AUMENTO — «As curvas estatísticas de causas mortais baseadas em registro de óbitos revelam um aumento na mortalidade por tuberculose. Não se pode afirmar, contudo, se existe aumento real na incidência da doença, pois os dados que dissemos anteriormente eram falhos. Só a roentgenografia de grandes grupos de população nos pode revelar o verdadeiro in-

COMUNICADO

Aos nossos agentes, correspondentes e assinantes

Comunicamos, para devidos fins, que o sr. RICARDO MOKARZEL deixou as funções de nosso representante, e por isso não está autorizado a angariar assinaturas, reformulas ou receber numerário de quem quer que seja. Outrossim, convidamos o sr. RICARDO MOKARZEL a comparecer à Administração do jornal, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, a fim de regularizar a sua situação.

São Paulo, 12 de Novembro de 1948.

comprador de diamantes. Etevíno Lemos está presente, como presente está Ambrosio José da Silva, egípcio de 15 homens, que se prestou a ser nosso guia e que tem, de quebra, um armário na rua Maranhão. Aparece, igualmente, Desdêdo de Oliveira. Leodilo Ramos Varanda não é de se esperar colher resultados com apenas uma semana. Há necessidade presente de continuarmos a aler-

ra, duas grandes firmas que negociam com diamantes, como donos de garimpos e compradores. A maior é formada pelo "gringão" húngaro Guilherme Drunval, que apareceu ali como mascote, mas que, hoje, tem, até avião, e Manoel Dias Silva. Fazem parte da outra o "Dideus", Raymundo Macedo, se o quiserem — um maranhense bono nos recebeu em sua casa e nos falou de Poxoréu e de suas fortunas da terra. E, nas

festa-lhos que está sendo celebrada com o próprio quando limito o seu lucro mensal a 20 mil cruzeiros...

Entre os donos da terra, muitos nomes surgiram. Faltam-nos, porém, espaço e paciência.

AUSÊNCIA DE — «BAIANINHO» — A noite, baianinho, o garoto ingenuo e sincero feito nosso cicerone, é inviolável, e sua nas ruas de Poxoréu é vedada às crianças. Saimos.

Andou, viu e falou — NÁPOLES, 12 (AFP) — Uma senhora cega, muda e paralítica recuperou a visão e a palavra e conseguiu andar depois de alguns momentos de oração no altar do Santuário de Pompéia, onde comemora-se há anos a recuperação de sua família, antes de ser submetida a intervenção cirúrgica. A referida senhora, que mantém no anonimato, vive na noite anterior, a vida da visão, que lhe reconstruiu a compaixão ao mencionado Santuário.